

POSITIVE IMPACT MEASUREMENT METHODOLOGY: AN INTEGRATED AND CONTEXTUALIZED APPROACH FOR BRAZILIAN MSMES

METODOLOGIA DE MEDIÇÃO DE IMPACTO POSITIVO: ABORDAGEM INTEGRADA PARA MPMES BRASILEIRAS

**Ana Luisa Melo
Bárbara Vasconcelos**

RESUMO

Este estudo propõe um modelo de Mensuração de Impacto Positivo que harmoniza rigor científico e viabilidade operacional para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) brasileiras. A pesquisa preenche uma lacuna metodológica deixada por frameworks tradicionais (como ESG e GRI), que frequentemente excluem MPMEs devido à complexidade e altos custos. Adotando um delineamento conceitual-teórico e aplicado com abordagem de métodos mistos, o modelo ECO utiliza a triangulação de dados entre três matrizes (Índice, Escala e Narrativa). Os resultados demonstram que a metodologia converte a avaliação em um processo de aprendizagem organizacional e evolução estratégica, definindo níveis de maturidade (Baixo, Médio e Alto). A contribuição reside na democratização da mensuração, reduzindo barreiras de complexidade e promovendo a equidade na transição para uma economia regenerativa.

Descritores: metodologia como assunto; impacto social; medição de impacto.

ABSTRACT

This study proposes a Positive Impact Measurement model that harmonizes scientific rigor with operational feasibility for Brazilian Micro, Small, and Medium-sized Enterprises (MSMEs). The research addresses a methodological gap left by traditional frameworks (such as ESG and GRI), which often exclude MSMEs due to their complexity and high implementation costs. Adopting a conceptual-theoretical and applied research design with a mixed-methods approach, the ECO model employs data triangulation across three matrices (Index, Scale, and Narrative). The results show that the methodology transforms evaluation into a process of organizational learning and strategic evolution, defining maturity levels (Low, Medium, and High). The main contribution lies in the democratization of measurement, reducing complexity barriers and promoting equity in the transition toward a regenerative economy.

Keywords: Methodology, Social Impact, Impact Measurement

1INTRODUÇÃO

A transição para uma economia de impacto exige o engajamento da maioria das empresas. No Brasil, as MPMEs são atores centrais nesse movimento, representando cerca de 98% das empresas formais do país. Contudo, essas organizações frequentemente

enfrentam grandes desafios para acessar certificações tradicionais, geralmente onerosas, complexas e que exigem estruturas técnicas que raramente possuem (Kovalik; Oliveira; Costa, 2020).

Historicamente, empresas orientadas a economia de impacto têm dificuldades em mensurar resultados intangíveis, lidar com custos elevados de auditorias e complexidade técnica de indicadores. Relatórios globais, como o da OCDE (2022), destacam que empresas e governos enfrentam dificuldades significativas para avaliar impactos reais.

Embora a literatura tenha evoluído da responsabilidade social para a criação de valor compartilhado (Pearl, 2009), a aplicação prática permanece confinada a grandes corporações, revelando um "vácuo metodológico" para empresas de menor porte. O campo atual, dominado por modelos de conformidade, pode incentivar uma "sustentabilidade performativa" voltada para validação externa, em vez de progresso real.

Nesse contexto, a metodologia ECO, foi criada para estabelecer um referencial metodológico que torne a mensuração e o reconhecimento de impacto mais acessíveis, confiáveis e alinhados à realidade das MPMEs brasileiras. O processo foi concebido por meio de escuta ativa e co-criação com profissionais do ecossistema de inovação e impacto, identificando a necessidade de certificações como uma jornada contínua de apoio, aprendizado e capacitação. A proposta metodológica incorpora inovação por meio de um sistema automatizado de análise de dados, permitindo mensuração padronizada de impacto, redução de vieses e pontuação comparativa.

Assim, este artigo apresenta a fundamentação técnica e a lógica de construção dos critérios, do modelo operacional para a Medição e Certificação de Impacto Positivo, demonstrando consistência metodológica e adaptação ao contexto das MPMEs.

O objetivo deste estudo propõe uma metodologia conceitual de medição de impacto positivo, fundamentada em rigor científico e adaptada às particularidades operacionais das MPMEs brasileiras. A proposta diferencia-se de modelos tradicionais ao integrar a lógica de causalidade de Pearl (Ebrahim; Rangan, 2014), da intencionalidade do impacto em detrimento de uma rigidez estritamente quantitativa, abordando a dificuldade histórica de mensurar resultados intangíveis nestas organizações, bem como democratiza o acesso à certificação, tratando a mensuração não como auditoria de conformidade, mas como um processo formativo de aprendizado e diagnóstico organizacional (Carroll, 1999).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A consolidação de uma economia de impacto exige uma base teórica robusta que preencha a lacuna entre a responsabilidade social corporativa tradicional e o impacto positivo mensurável. Esta seção desenvolve a fundamentação conceitual que situa o modelo ECO no debate contemporâneo sobre sustentabilidade e gestão, enfatizando a progressão de modelos de conformidade para sistemas integrados de mensuração.

2.1 Da Responsabilidade Social ao Valor Compartilhado e Impacto Estratégico

Historicamente, a literatura sobre sustentabilidade evoluiu de abordagens focadas em accountability e conformidade regulatória (Porter; Kramer, 2019) para modelos orientados à criação de valor compartilhado (Ebrahim; Rangan, 2014) e mensuração de impacto (Weick, 2005).

Nesta nova perspectiva, os desempenhos sociais e econômicos não são vistos como forças opostas, mas como resultados que se reforçam mutuamente (Porter; Kramer, 2019). O impacto deixa de ser tratado apenas como um subproduto residual das atividades empresariais para tornar-se um componente estratégico de geração de valor socioeconômico e um "capital organizacional" dinâmico, capaz de gerar inovação e legitimidade de longo prazo.

2.2 Lógica do Impacto e Teoria da Mudança

O modelo proposto fundamenta-se na Lógica do Impacto, que estabelece caminhos mensuráveis entre as atividades organizacionais, seus produtos e a mudança social de longo prazo (Ebrahim; Rangan, 2014). Essa abordagem dialoga diretamente com a Teoria da Mudança (Baumgartner; Rauter, 2017), concebendo o impacto como um processo intencional, transformador e baseado em evidências.

Para as MPMEs, essa lógica permite navegar e reconciliar as tensões inerentes entre a busca pela rentabilidade e a promoção do bem-estar social, transformando a

mensuração em um driver de competitividade, resiliência e legitimidade organizacional (Flick, 2009).

2.3 Limitações dos Frameworks Hegemônicos e a Desigualdade de Impacto

Embora modelos globais tenham contribuído para a padronização de indicadores, seu design frequentemente induz a uma "sustentabilidade performativa", focada mais na validação externa e divulgação, do que no progresso social e ambiental genuíno. Além disso, esses sistemas tendem a priorizar infraestruturas de dados adequadas a grandes corporações, impondo barreiras de custo e complexidade técnica que geram uma "desigualdade de impacto", marginalizando as MPMEs do reconhecimento formal apesar de suas contribuições localizadas e transformadoras (Nardo et al., 2005).

Sobrevém a necessidade de metodologias adaptativas que valorizem a profundidade qualitativa, a reflexividade e a aprendizagem organizacional como indicadores legítimos de impacto, deslocando o propósito da avaliação da mera prestação de contas para a melhoria contínua (Page et al., 2021).

3 MÉTODOS

Trata-se de pesquisa aplicada, exploratória e de caráter misto (qualitativo e quantitativo). Para garantir a validade e confiabilidade, o sistema utiliza a triangulação de dados e travas de segurança: a certificação exige nota mínima em todas as dimensões e valores mínimos em indicadores por eixo, evitando que performances isoladas mascarem deficiências graves. A robustez técnica é assegurada por princípios estatísticos de ponderação e agregação (GRI, 2025).

A seleção dos critérios de avaliação foi guiada pelo protocolo PRISMA 2020, garantindo uma síntese sistemática e transparente das evidências disponíveis (GRI, 2025). A confiabilidade do modelo é reforçada pela combinação da Teoria dos Indicadores Compostos para análise quantitativa (Pacto Global Brasil, 2025) com a análise qualitativa de conteúdo, que avalia a legitimidade comunicativa das empresas (Epstein; Buhovac, 2021).

3.1. Critérios de Seleção

A definição dos critérios de avaliação da Certificação de Impacto Positivo baseou-se na metodologia da Revisão Sistemática PRISMA (GRI, 2025). Este procedimento minimiza vieses e garante que as conclusões se apoiem em análise abrangente da evidência disponível.

O processo envolveu uma busca estruturada em bases de dados nacionais e internacionais, priorizando:

- Práticas eficazes que gerem impacto socioeconômico e ambiental positivo.
- Indicadores reconhecidos por organizações globais, como a Global Reporting Initiative - GRI (SAAS, 2014) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (Brasil, 2018).
- Metodologias aplicadas por certificações de impacto consolidadas, como B Corp (Organização Internacional do Trabalho, 1981) e SAAS (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2018).

Também foram analisados requisitos legais e regulatórios, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, 2015), diretrizes da OCDE e da OIT (Comissão Europeia, 2015), bem como normas de certificações internacionais e brasileiras. Contribuições de atores do ecossistema de impacto, por meio de sessões de escuta e consultas, foram incorporadas para garantir a relevância prática dos critérios. Referências teóricas e normativas padrão, como ABNT (Economy for the Common Good, 2025), IBGC (Alcue Net, 2025), ISO e diretrizes da União Europeia CSRD (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), forneceram uma base sólida.

O resultado dessa revisão é um conjunto de critérios que refletem não apenas a conformidade, mas também a efetividade e os valores transformadores, alinhados a movimentos como a Economia para o Bem Comum - EconGood (Likert, 1932).

3.2. Metodologia de Mensuração do Impacto

A metodologia de mensuração combina evidências empíricas, melhores práticas do setor e princípios de acessibilidade para MPMEs. A abordagem utiliza indicadores

qualitativos e quantitativos, organizados em dimensões e critérios que formam índices compostos com pesos definidos. A mensuração segue uma lógica progressiva, capaz de reconhecer os estágios de maturidade no impacto gerado.

Fórmulas Adaptadas e Lógica dos Índices Compostos

As fórmulas priorizam variáveis já presentes nas operações diárias das MPMEs (por exemplo, receita bruta, rotatividade de pessoal, práticas de compras locais). Essa modelagem facilita o autorrelato consciente e a rastreabilidade dos dados, adaptando-se às capacidades das empresas sem comprometer o rigor técnico.

Os índices compostos são projetados para sintetizar avaliações, produzindo uma pontuação que reflete o desempenho integrado da empresa. Sua construção aplica princípios estatísticos de ponderação e agregação de dados (Page et al., 2021), garantindo validade e robustez. A ponderação por relevância responde a críticas de que modelos ESG frequentemente tratam todos os aspectos de forma igual.

3.3 Contexto Setorial

A mensuração considera características específicas de cada setor, especialmente para empresas identificadas como bioeconômicas (por exemplo, agricultura regenerativa, bioenergia). Essa adaptação garante maior precisão na análise. A seleção dos setores foi guiada por referenciais de bioeconomia presentes na literatura especializada, como o Projeto EU ALCUE-KBBE (Bardin, 1977) e o Manual de Governança em Bioeconomia do SEBRAE (Epstein; Buhovac, 2021). Cada setor possui seu próprio conjunto de critérios e indicadores com ponderação diferenciada.

3.4 Avaliação: Matrizes e Escala de Profundidade

A avaliação final baseia-se na aplicação sistemática de três matrizes:

- Matriz de Índice (Precisão dos Dados): Converte dados/evidências quantitativas em mensuração objetiva.
- Matriz de Escala (Aplicabilidade Prática): Avalia a implementação dos critérios por meio de autoavaliações guiadas, permitindo observar o grau de adoção das práticas.

- **Matriz Narrativa (Leitura Contextual e Qualitativa):** Realiza uma revisão qualitativa das justificativas fornecidas, analisando a coerência entre discurso e prática.

3.5 Lógica da Escala de Profundidade

A autoavaliação é conduzida por meio de perguntas-declaração e uma escala de profundidade progressiva de níveis, utilizando valores da escala de Linkert (United Nations Environment Programme, 2021). Os níveis variam de: quando a prática está em estágio inicial, a quando a prática está totalmente consolidada, com evidências robustas de impacto positivo e potencial de replicabilidade.

As empresas devem justificar sua escolha na escala. Essa justificativa qualitativa é crucial, pois permite a triangulação dos dados, comparando evidências numéricas com a explicação contextual.

3.6 Análise Qualitativa de Conteúdo

A análise da Matriz Narrativa emprega a metodologia de Análise de Conteúdo de Bardin (1977) para fornecer uma interpretação sistemática e objetiva das justificativas. A Matriz Narrativa tem como objetivo avaliar a maturidade do compromisso com o impacto positivo por meio de três tipos de análise:

- **Discursiva:** Avalia a clareza e coerência das justificativas.
- **Evidencial:** Verifica se as declarações são apoiadas por evidências concretas.
- **Transformadora:** Analisa se as justificativas refletem mudanças culturais e estratégicas, indo além do mero cumprimento de requisitos formais (Comissão Europeia, 2025).

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES

A metodologia avalia as empresas por eixo, critério e dimensão.

4.1. Dimensões e Eixos de Avaliação

A estrutura abrange três grandes áreas identificadas como prioritárias na Revisão PRISMA (Global Reporting Initiative. (2025):

Dimensão Social

Avalia o compromisso com justiça social, equidade e bem-estar, alinhada às diretrizes do UNEP (Economy for the Common Good, 2025).

- Eixo DEI (Diversidade, Equidade e Inclusão): Inclui representação étnica/cultural, equidade de gênero, em conformidade com Direitos Humanos.
- Eixo Impacto Social e Desenvolvimento Comunitário: Avalia Investimentos Sociais e Comunitários Diretos e o Benefício Social Concreto Gerado.
- Eixo Saúde, Segurança Ocupacional e Bem-Estar: Analisa a Conformidade com Direitos Trabalhistas e a Qualidade de Vida e Bem-Estar no Trabalho.

Dimensão Ambiental

Avalia a gestão de recursos naturais e mitigação de impactos, alinhada às diretrizes ODS e UNEP (Weick, 2005; Economy for the Common Good, 2025).

- Eixo Gestão de Recursos: Abrange Gestão de Recursos e Reciclagem e Gestão de Resíduos.
- Eixo Mudanças Climáticas: Foca na Redução de Carbono e Compensação de Carbono.
- Eixo Eficiência Energética e Hídrica: Analisa Eficiência no Uso de Energia e Água.
- Eixo Biodiversidade e Impacto no Solo: Avalia Restauração e Reintrodução.
- Eixo Gestão Ambiental e Conformidade: Avalia Desempenho e Conformidade Ambiental.

Dimensão Econômica

Esta dimensão foca em sustentabilidade financeira, desenvolvimento local e ética nos negócios, alinhada às diretrizes da OCDE (Economy for the Common Good, 2025).

- Eixo Desempenho Econômico Sustentável: Avalia Inovação Verde e Tecnologias Sustentáveis.
- Eixo Desenvolvimento Local: Mede Contribuição Financeira para a Economia Local.
- Eixo Gestão Ética: Inclui Governança e Transparência Financeira; Proteção de Dados; Divulgação e Promoção Comercial; e Relacionamento Prioritário com Clientes e Sociedade.

4.2. Níveis

O nível é determinado pela média ponderada das três matrizes:

Tabela 1 – Média de pontuação e níveis

Nível	Descrição Resumida
Baixo	Empresa em desenvolvimento, com intencionalidade e base regenerativa.
Médio	Aplicação crescente de práticas regenerativas, resultados mensuráveis parciais.
Alto	Desempenho regenerativo sistêmico, impactos mensuráveis e integrados; referência no ecossistema.

Fonte: os autores (2025).

4.3. Discussão

A metodologia aborda de forma inovadora os desafios de mensuração enfrentados pelas MPMEs. Critérios fundamentados na Revisão PRISMA garantem rigor científico, alinhando-se a padrões globais GRI e ODS (Weick, 2005; Maas & Liket, 2011) e superando limitações de métricas tradicionais (OECD, 2022).

Triangulação de dados (Índice, Escala, Narrativa) mitiga vieses e oferece visão holística. O uso de Análise de Conteúdo permite interpretar a maturidade organizacional e o alinhamento entre discurso e prática. Fórmulas adaptadas priorizam dados rotineiros, equilibrando realismo e comparabilidade (Maas & Liket, 2011).

A integração da Matriz Narrativa permite distinguir o cumprimento formal de requisitos de uma real transformação cultural (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, 2015). A variação setorial é endereçada pela ponderação dinâmica, ajustando o peso dos indicadores conforme a aplicabilidade ao contexto da empresa. E a

análise dos níveis oferece um mapa evolutivo para as empresas. Diferente de modelos ESG tradicionais que tratam aspectos com pesos iguais, a plataforma ECO utiliza a ponderação por relevância, ajustando pesos dinamicamente pela disponibilidade de dados reais

Contudo, reconhece-se como limitação a dependência inicial de autorrelatos, o que é mitigado pela exigência de justificativas qualitativas para validar a coerência entre discurso e prática.

4.4 Interpretação e diálogo

A integração das três matrizes (Índice, Escala e Narrativa) permite que a mensuração de impacto funcione como um processo de sentido organizacional (sensemaking), em que dados e reflexão co-produzem significado estratégico (Maas & Liket, 2011). Diferente dos modelos ESG tradicionais, que podem tratar todos os aspectos de forma uniforme, a metodologia ECO aplica uma ponderação por relevância que responde à materialidade de cada dimensão.

Embora o modelo apresente limitações, como a dependência de dados autorreportados, a triangulação metodológica e a validação por especialistas mitigam esses riscos, posicionando a avaliação como um driver de competitividade e legitimidade (Nardo et al., 2005).

5 CONCLUSÃO

A metodologia ECO consolida um referencial robusto, transparente e integrado para a mensuração do impacto socioeconômico e ambiental, focado nas MPMEs brasileiras. A base na Revisão PRISMA e a triangulação de dados (Índice, Escala, Narrativa) garantem consistência técnica e credibilidade.

A combinação de rigor técnico (índices compostos e ponderação setorial) com interpretação contextual (Matriz Narrativa e escala de maturidade) permite avaliação abrangente e adaptada à diversidade organizacional. O resultado final, expresso em níveis (Baixo, Médio, Alto), funciona como mapa evolutivo para reconhecimento, estruturação e fortalecimento das práticas regenerativas.

A metodologia ECO possui potencial de aplicação por políticas públicas e incubadoras para monitorar ecossistemas de impacto. Sugere-se para pesquisas futuras a aplicação do modelo em setores não bioeconômicos e estudos longitudinais para correlacionar a certificação com a resiliência financeira das empresas ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

Referências

- ALCUE Net. (2025). *ALCUE-KBBE*. https://alcuenet.eu/ALCUE_KBBE.php
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2018). *NBR 200: Desempenho ambiental — Diretrizes*. ABNT.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Baumgartner, R. J., & Rauter, R. (2017). Strategic perspectives of corporate sustainability management to develop a sustainable organization. *Journal of Cleaner Production*, 140, 81–92.
- Brasil. (2018). *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD)*. Diário Oficial da União.
- Carroll, A. B. (1999). Corporate social responsibility: Evolution of a definitional construct. *Business & Society*, 38(3), 268–295.
- Comissão Europeia. (2025). *Corporate sustainability reporting*. https://finance.ec.europa.eu/capital-markets-union-and-financial-markets/company-reporting-and-auditing/company-reporting/corporate-sustainability-reporting_en
- Ebrahim, A., & Rangan, V. K. (2014). What impact? A framework for measuring the scale and scope of social performance. *California Management Review*, 56(3), 118–141.
- Economy for the Common Good (ECG). (2025). *ECONGOOD label: A certification for ethical and sustainable business*. <https://www.econgood.org>
- Epstein, M. J., & Buhovac, A. R. (2021). *Making sustainability work: Best practices in managing and measuring corporate social, environmental and economic impacts* (2nd ed.). Berrett-Koehler.
- Flick, U. (2009). *An introduction to qualitative research* (4th ed.). SAGE Publications.
- Global Reporting Initiative. (2025). *Sustainability reporting standards*. <https://www.globalreporting.org>

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2015). *Código das melhores práticas de governança corporativa* (5. ed.). IBGC.

Kovalik, M. G., Oliveira, M. G., & Costa, S. L. (2020). Sustainability: A key factor in micro and small enterprises. *Scientific Journal of the Faculty of Administration and Accounting Sciences*, 6, 42–50.

Likert, R. (1932). A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*, 22(140), 1–55.

Maas, K., & Liket, K. (2011). Talk the walk: Measuring the impact of strategic philanthropy. *Journal of Business Ethics*, 100(3), 445–464.

Nardo, M., Sirgiu, A., Savage, S., Sardi, F., Torrini, R., Lovaglio, A., & Giovannini, E. (2005). *Handbook on constructing composite indicators: Methodology and user guide*. OECD Publishing. <https://www.oecd.org/sdd/42495745.pdf>

OECD. (2022a). *Guidelines for multinational enterprises on responsible business conduct*. https://www.oecd.org/pt/publications/diretrizes-da-ocde-para-empresas-multinacionais-sobre-conduta-empresarial-responsavel_663b7592-pt.html

OECD. (2022b). *Measuring the impacts of business on people and planet: Emerging approaches and policy challenges*. OECD Publishing.

Organização Internacional do Trabalho. (1981). *Convenção nº 155 sobre segurança e saúde dos trabalhadores*. OIT.

Pacto Global Brasil. (2025). *Comunicação de progresso*. <https://www.pactoglobal.org.br/comunicacao-de-progresso/>

Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., McGuinness, L. A., Stewart, L. A., Thomas, J., Tricco, A. C., Welch, V. A., & Whiting, P. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, 372, n71. <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>

Pearl, J. (2009). *Causality: Models, reasoning, and inference*. Cambridge University Press.

Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2019). Creating shared value. *Harvard Business Review*, 97(1), 63–77.

SAAS (Social Accountability Accreditation Services). (2014). *SA8000: Social accountability standard*.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). (n.d.). *Manual de governança do polo de bioeconomia do SEBRAE* [Documento interno].

Sistema B Brasil. (2025). *Página inicial*. <https://sistemabbrasil.org/>

United Nations Environment Programme. (2021). *Sustainability and circular economy strategies*. UNEP.

Weick, K. E., Sutcliffe, K. M., & Obstfeld, D. (2005). Organizing and the process of sensemaking. *Organization Science*, 16(4), 409–421.